

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Ministério do Esporte



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério do Esporte

EXERCÍCIO 2011

ANO BASE 2010

**Brasília
2011**

ÍNDICE

Apresentação	4
Sumário Executivo	5
Avaliação dos Programas	9
Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão	10
Esporte e Lazer da Cidade	17
Inclusão Social pelo Esporte	25
Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo	29

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19.º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601, de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação dos programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2010, do total previsto para o Ministério do Esporte (ME), foram utilizados **R\$ 258.934.197,51** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 2.079.264.662,00	Empenho Liquidado:	R\$ 258.934.197,51
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 258.934.197,51
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

Além disso, do total de **R\$ 837.543.651,71** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2009, foram executados **R\$ 206.028.842,61**, ou seja, **24,60 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do **Ministério do Esporte (ME)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2010		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	0181 Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão	1.336.395.354,00	347.374.726,18	25,99
	1250 Esporte e Lazer da Cidade	1.009.216.841,00	20.315.292,18	2,01
	1245 Inclusão Social pelo Esporte	18.265.265,00	6.845.631,06	37,48
	8028 Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo	232.896.397,00	71.774.972,74	30,82
Total Finalístico		2.596.773.857,00	446.310.622,16	17,19
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0413 Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	15.605.493,00	14.310.928,95	91,70
Total Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais		15.605.493,00	14.310.928,95	91,70
Total Geral		2.612.379.350,00	460.621.551,11	17,63

Relatório Anual de Avaliação

* Valores Executados (liquidado) em 2010. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no “valor total do órgão” são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

Principais Resultados

Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões - Contribuem para a consecução deste objetivo os Programas Segundo Tempo (PST) e Esporte e Lazer da Cidade (PELC), seja via repasse de recursos do Programa, seja a partir das ações de capacitação de gestores e produção e socialização de conhecimento na área. O PST teve atuação em mais de 1,4 mil Municípios, distribuídos em todas as unidades federativas. Atendeu cerca de 1,4 milhão de crianças, adolescentes e jovens, orientados por 27.544 professores e monitores. Estiveram ativas, em 2010, 293 parcerias, sendo 02 com o Governo Federal (MEC e MD), 26 com Governos Estaduais, 218 com Prefeituras, 09 com outros órgãos públicos e 38 com entidades do terceiro setor. No âmbito de projetos para públicos diferenciados, houve a execução de 04 pilotos universitários com 1200 atendimentos, 01 piloto para pessoa com deficiência atendendo a 100 beneficiados e 01 piloto aeróbica atendendo a 220 beneficiados. Foi mantida a parceria com o Ministério da Defesa, no projeto Forças no Esporte, visando à utilização de instalações esportivas militares para a prática de esportes por comunidades carentes, com 10.000 atendimentos em 2010. No âmbito do PELC, os Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, por meio de 141 convênios, atenderam cerca de 1,5 milhões de cidadãos brasileiros. Foram realizadas 85 visitas técnicas de monitoramento, orientação e fiscalização aos convênios vigentes.

Promover o desenvolvimento humano e a inclusão social por meio do esporte e do lazer em todas as suas dimensões - Este objetivo foi sensibilizado por ações como: as atividades desenvolvidas nos núcleos do PELC, uma vez que este prevê, em seu escopo, o desenvolvimento de atividades esportivas e de lazer, garantindo a diversidade cultural e de conteúdos, bem como a inclusão de todas as faixas etárias; a formação de Agentes Sociais de Esporte e Lazer, garantida por meio dos módulos de formação e de encontros regionais de agentes e gestores; as relações intersetoriais estabelecidas com outros órgãos do Governo Federal, como os Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, a SNDH e a SEPIR, os quais permitem a integração de ações e a qualificação da política; o aprimoramento da relação com o esporte e lazer dos povos indígenas, via elaboração de 3 convênios com etnias brasileiras; o envolvimento dos agentes, gestores e pessoas que participam do Programa na 3ª Conferência Nacional do Esporte.

Fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico e tecnológico do esporte e do lazer, em todas as suas dimensões - Este objetivo vem sendo alcançado no contexto da Rede CEDES, que reúne 59 Instituições de Ensino Superior, de todas as regiões brasileiras, 21 Estados e o Distrito Federal. São 145 pesquisas desenvolvidas na área das Ciências Sociais e Humanas, envolvendo 103 grupos de estudos cadastrados no CNPq, 150 pesquisadores coordenadores, 372 pesquisadores participantes, 319 postos de estágios criados com bolsas para alunos de graduação e pós-graduação. A socialização das pesquisas financiadas pela Rede CEDES é feita pelo site do Ministério do Esporte, por intermédio do Repositório da Rede CEDES (coordenado pelo LaboMídia – Laboratório e Grupo de estudos em Mídia Esportiva da UFSC) e de publicações impressas e digitais distribuídas aos gestores, universidades do país e outros parceiros do PELC. Em 2010 foram publicados 15 livros e distribuídos 12.846 exemplares. O Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social teve sua segunda edição em 2010, com 222 trabalhos cadastrados e 182 aprovados. Foram premiados 52 autores, de 54 trabalhos, em 5 categorias.

Fortalecer o esporte de alto rendimento elevando o nível esportivo do país - para o atingimento deste objetivo contribuíram o apoio a diversos atletas por meio da Bolsa Atleta; a consecução de proposta de modernização do esporte de alto rendimento – Lei 12.395/2011, que alterou a legislação esportiva atual e criou mecanismos de controle e de parceria da gestão, além de ter criado programas que dão foco à atuação do Ministério no setor esportivo de alto rendimento. Cabe ressaltar o apoio a realização do Campeonato das Américas de Tiro Esportivo no Rio de Janeiro, que colocou em disputa 20 vagas para as Olimpíadas de Londres 2012 e que se utilizou da estrutura do Centro Nacional de Tiro Esportivo, legado dos Jogos Pan Americanos Rio 2007.



A estratégia exitosa na área da gestão foi a criação de comissões com os Comitês Olímpico e Paraolímpico, para definir em conjunto e com critérios técnicos padronizados os recursos públicos a serem investidos na preparação dos atletas e equipes brasileiras para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Fomentar a geração de emprego e renda, a indústria nacional e a cadeia produtiva de esporte e do lazer, potencializando o crescimento do país - As atividades para a realização dos Jogos Mundiais da Paz, da Copa do Mundo FIFA 2014, e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, bem como as Ações Pintando a Cidadania e Pintando a Liberdade, no contexto do Programa Inclusão Social pelo Esporte, e o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), contribuíram para sensibilizar esse Objetivo Setorial. Os V Jogos Mundiais Militares – Jogos Mundiais da Paz – são um megaevento que acontecerá na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 2011, e reunirá cerca de seis mil atletas de mais de 100 países filiados ao Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM). Para a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014 uma das principais ações realizadas no ano de 2010 foi o estabelecimento da Matriz de Responsabilidades, instrumento que define as atribuições dos entes federados. Segundo modelo econométrico desenvolvido por este Ministério, os impactos econômicos potenciais resultantes da realização da Copa do Mundo no Brasil poderão alcançar a casa dos R\$ 183,2 bilhões, dos quais R\$ 47,5 bilhões (26%) seriam diretos e R\$ 135,7 bilhões (74%) indiretos. O Programa Inclusão Social, finalizou o exercício de 2010 com 108 unidades de produção em funcionamento, sendo 73 da Ação 2362- Pintando a Liberdade e 35 da Ação 2352 3 Pintando a Cidadania. Propiciou a geração de emprego direto para 13.000 internos do sistema penal brasileiro. A ação Pintando a Cidadania absorveu a mão-de-obra de 3.051 pessoas que residem em comunidades reconhecidamente carentes, na produção de materiais esportivos, promovendo a inclusão social desses indivíduos. Em relação ao PELC, os recursos empenhados em 2010 para o funcionamento de núcleos geraram 2.639 postos de trabalhos para atuação de agentes sociais de esporte e de lazer, durante a vigência dos convênios. Foram realizadas 174 capacitações, divididas em módulo introdutório e de avaliação, para 5.537 agentes sociais e gestores.

Implementar e desenvolver o Sistema Nacional de Esporte e Lazer - Este objetivo está vinculado ao Programa Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer. No contexto deste Programa, a III Conferência Nacional do Esporte (CNE) foi realizada em 2010. A primeira CNE definiu os fundamentos da Política Nacional do Esporte com foco no desenvolvimento humano. A segunda propôs uma nova estrutura para o Sistema Nacional de Esporte e Lazer e teve como marco a conquista da Lei de Incentivo ao Esporte. A III CNE, realizada em junho de 2010, mobilizou 220 mil pessoas no processo de discussão das idéias apresentadas pelo Ministério em conjunto com as 25 entidades que compõem a Comissão Organizadora Nacional. Em suas resoluções, a III CNE aprovou o Plano Decenal de Esporte e Lazer, que ratifica a necessidade de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer lastreado em recursos para tornar sustentável um projeto de longo prazo, com uma gestão do esporte e do lazer qualificada e que propicie condições de acompanhamento e avaliação dos programas.

Potencializar o desenvolvimento do esporte escolar para crianças, adolescentes e jovens, contribuindo com e melhoria da qualidade do ensino - No âmbito do PST, o fomento à realização de 12 eventos de esporte educacional, com mais de 9.827 atendimentos, por meio da celebração de convênios com entidades esportivas estudantis como – CBDE, CBDU, Centro de Estudos e Memória da Juventude e demais; a capacitação e qualificação de 1.819 gestores, professores e monitores do PST, na modalidade presencial ou videoconferência, de forma descentralizada e permanente, potencializando a abrangência do Programa em todas as suas vertentes e qualificando as atividades desenvolvidas; a apresentação do resultado final da parceria entre o Ministério do Esporte e o British Council, visando troca de experiências e o desenvolvimento de materiais pedagógicos de apoio a professores e monitores do PST: um KIT de cartões de recursos pedagógicos (CRPs), que foram introduzidos no Programa Mais Educação/PST e gradativamente serão em todos os núcleos do PST; o estímulo à produção do conhecimento no âmbito do Esporte Educacional, totalizando cinco publicações; a inserção do PST no Mais Educação, através da parceria firmada entre o ME e o MEC, que visa integrar a política esportiva educacional com a política de educação. Esta parceria iniciou-se em 2010, com 329.659 atendimentos a crianças, adolescentes e jovens, orientados por 2.650 monitores, em aproximadamente de 1.200 escolas de 87 municípios.

Ampliar e qualificar a infraestrutura de esporte e de lazer no país - O investimento em infraestrutura esportiva faz parte de um movimento de fortalecimento do esporte no País, que deverá culminar com a realização de dois grandes eventos esportivos: a Copa do Mundo FIFA 2014 e os e Paraolímpicos Rio 2016. O objetivo é deixar como legado para a população brasileira uma grande oferta de equipamentos públicos de esporte e lazer. Em 2010 foram firmados 193 convênios para a construção de Praças da Juventude nas cinco Regiões do País, tendo sido inauguradas as duas primeiras Praças da Juventude em Aracaju (SE) e Mogi Guaçu (SP), com mais de 50 mil atendimentos.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Relatório Anual de Avaliação

Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão

GERENTE DO PROGRAMA

Ricardo Leyser Gonçalves

OBJETIVO

Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do País no exterior.

PÚBLICO-ALVO

Atletas das modalidades esportivas de alto rendimento

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$1.336.395.354,0	Empenhado Liquidado: R\$347.374.726,18 Pago Estatais: - Total: R\$347.374.726,18
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 - 128X (infra-estrutura implantada/UNIDADE)	0,00	0,00	-	349.000.000,00	8.726.981,82	2,50
Apoio à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014 - 20DB (Iniciativa apoiada/UNIDADE)	1,00	4,00	400,00	17.400.000,00	5.810.906,82	33,40
Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - 2456 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	4.000,00	1.300,00	32,50	2.000.000,00	789.839,87	39,49
Concessão de Bolsa a Atletas - 09HW (BOLSA CONCEDIDA/UNIDADE)	3.367,00	5.900,00	175,23	40.000.000,00	17.002.409,22	42,51
Construção da Vila Olímpica para os V Jogos Mundiais Militares - 11ZO (UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUIDA/UNIDADE)	800,00	455,00	56,88	289.327.500,00	163.142.739,31	56,39

Ano Base 2010

Construção e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares - 11ZP (-/-)	8,00	4,50	56,25	55.458.000,00	7.877.299,23	14,20
Construção e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares - 11ZP (Instalação esportiva disponível/UNIDADE)	8,00	4,50	56,25	55.458.000,00	7.877.299,23	14,20
Deteção e Avaliação de Atletas de Alto Rendimento - 8003 (ATLETA AVALIADO/UNIDADE)	10.000,00	2.100,00	21,00	8.800.000,00	1.897.699,78	21,56
Funcionamento de Núcleos de Categorias de Base do Esporte de Alto Rendimento - 2358 (Atleta beneficiado/UNIDADE)	10.536,00	5.500,00	52,20	9.490.000,00	896.597,42	9,45
Gestão e Administração da Autoridade Pública Olímpica - APO - 20EE (-/-)	0,00	0,00	-	48.000.000,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	77.255.356,00	16.866.844,73	21,83
Implantação da Infra-Estrutura Tecnológica e de Comunicações para os V Jogos Mundiais Militares - 11ZQ (infra-estrutura implantada/%)	60,00	25,00	41,67	140.000.000,00	56.527.529,29	40,38
Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor - 126V (-/-)	0,00	0,00	-	28.230.000,00	2.993.001,47	10,60
Implantação e Modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte - 1055 (Centro implantado/modernizado/UNIDADE)	3,00	2,00	66,67	6.000.000,00	1.086.488,24	18,11
Implantação e Modernização de Infra-estrutura para o Esporte de Alto Rendimento - 8766 (infra-estrutura implantada/UNIDADE)	27,00	0,00	0,00	65.674.401,00	0,00	0,00
Preparação das Equipes Brasileiras para os V Jogos Mundiais Militares - 20CH (Resultado desportivo alcançado/%)	42,00	35,00	83,33	22.923.097,00	18.074.227,46	78,85
Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 - 20D8 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	19,00	0,00	0,00	130.000.000,00	16.365.526,54	12,59

Relatório Anual de Avaliação

Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento - 2500 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	35,00	21,00	60,00	9.500.000,00	7.529.770,74	79,26
Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento - 2490 (Atleta beneficiado/UNIDADE)	730,00	378,00	51,78	5.237.000,00	3.803.002,24	72,62
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	2.100.000,00	285.000,00	13,57
Segurança para os V Jogos Mundiais Militares - 20CI (Estrutura de segurança implantada/% de implantação)	25,00	25,00	100,00	30.000.000,00	17.698.862,00	59,00
Índice médio geral de realização			78,36			30,50

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - 2456 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	79.278,00	79.278,00	1,00
(RAP 2009) Concessão de Bolsa a Atletas - 09HW (BOLSA CONCEDIDA/UNIDADE)	-	-	-	30.426.981,78	30.424.740,78	1,00
(RAP 2009) Construção da Vila Olímpica para os V Jogos Mundiais Militares - 11ZO (UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUIDA/UNIDADE)	-	-	-	116.266.706,64	116.145.569,64	1,00
(RAP 2009) Construção e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares - 11ZP (-/UNIDADE)	-	-	-	17.820.061,47	17.806.553,73	1,00
(RAP 2009) Detecção e Avaliação de Atletas de Alto Rendimento - 8003 (ATLETA AVALIADO/UNIDADE)	-	-	-	513.200,00	456.200,00	0,89
(RAP 2009) Funcionamento de Núcleos de Categorias de Base do Esporte de Alto Rendimento - 2358 (Atleta beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	840.019,26	592.111,26	0,70
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	20.765.702,80	20.715.509,86	1,00

(RAP 2009) Implantação da Infra-Estrutura Tecnológica e de Comunicações para os V Jogos Mundiais Militares - 11ZQ (infra-estrutura implantada/%)	-	-	-	348.075,16	341.980,66	0,98
(RAP 2009) Implantação e Modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte - 1055 (Centro implantado/modernizado/UNIDADE)	-	-	-	157.061,13	152.693,13	0,97
(RAP 2009) Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento - 8766 (infra-estrutura implantada/UNIDADE)	-	-	-	3.100.000,00	100.000,00	0,03
(RAP 2009) Preparação das Equipes Brasileiras para os V Jogos Mundiais Militares - 20CH (-/%)	-	-	-	3.026.347,98	2.938.094,43	0,97
(RAP 2009) Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento - 2500 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	754.879,00	754.879,00	1,00
(RAP 2009) Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento - 2490 (Atleta beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	199.000,00	199.000,00	1,00
(RAP 2009) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	856.829,54	856.829,54	1,00
(RAP 2009) Segurança para os V Jogos Mundiais Militares - 20CI (-/% de implantação)	-	-	-	11.902.265,67	11.742.265,67	0,99
Índice médio geral de realização			-			0,90

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil possui uma população de aproximadamente 186 milhões de habitantes. Inserido nesta população encontra-se um grande contingente de indivíduos em idade de iniciação esportiva. Essas crianças e jovens, muitos deles com características especiais e que favorecem a prática esportiva de alto rendimento, evidenciam a necessidade de implementação de ações que permitam a ampliação do acesso a este segmento esportivo, incluindo, neste contexto, as pessoas portadoras de deficiência e de necessidades especiais. Estudos científicos estimam ser possível identificar em determinados cortes populacionais, até 2% de indivíduos que poderiam ser considerados talentos motores e que após período adequado de testes e oportunidade de desenvolvimento técnico-esportivo, poderiam integrar equipes de esporte de rendimento. Com relação à base do esporte brasileiro, vive-se momento de definições, já que esta iniciativa de desenvolvimento esportivo, historicamente, esteve atrelada às entidades de práticas esportivas (Clubes), porém, a gradual redução de benefícios fiscais e subsídios governamentais ensejou que várias entidades deixassem ou reduzissem o investimento na formação esportiva de competição.

Ressalte-se que o Ministério do Esporte, em parceria com o Comitê Olímpico Brasileiro, está buscando a revitalização das Olimpíadas Escolares e das Olimpíadas Universitárias, com o objetivo de dar maior visibilidade a estas competições e estimular a participação das representações estudantis. A mobilização dos jovens atletas, proporcionada por eventos de dimensão nacional, configura-se importante para a sedimentação do processo de renovação do esporte. Em contraponto às necessidades de capacitação e atualização técnica para o esporte de alto rendimento, o Brasil é um dos países com maior número de profissionais graduados e pós-graduados nas áreas de educação física e de esportes. Este quadro configura-se em enorme potencial, necessitando ser mais bem aproveitado no cotidiano esportivo. A realização de grandes eventos esportivos possui a capacidade de mobilizar a população em geral, os praticantes de modalidades esportivas, os patrocinadores, a mídia, criando uma atmosfera positiva e de movimentação da economia do país e da cidade onde acontecem os jogos, contribuindo para transmitir uma imagem exitosa do País no exterior. O esporte de alto rendimento, no entanto, extrapola o concreto no momento em que representa o estado positivo da auto-estima da população brasileira. Ele representa o sucesso, a superação das dificuldades, o lazer, o encontro, a união, a revelação mais atual de nacionalismo. A sociedade brasileira, muitas vezes, tem se apoderado desta manifestação esportiva em contraponto com as mazelas da pobreza, violência, entre outras. Os ídolos ou modelos exitosos/positivos no Brasil, em grande parte, são produtos deste meio e, assim, se faz cada vez mais necessário o papel das políticas públicas no fortalecimento do acesso à população nesta vertente esportiva.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - Atendimento a 100% dos atletas habilitados no Bolsa Atleta;

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 40% a 80% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Houve dificuldade na execução do Programa causado pelo fluxo irregular de recursos financeiros disponibilizados e a falta de limite financeiro para realização das demandas planejadas. Desta forma, influenciou negativamente nos resultados obtidos, pois os serviços e produtos não foram entregues conforme previsto.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Ranqueamento Esportivo Mundial - percentual	44,82	31/01/2007			60,00	Muito Baixa

Fonte: Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Alto Rendimento

Medidas corretivas necessárias: Elaboração de novos indicadores que sejam representativos quanto ao resultado do programa e que sejam mensuráveis e padronizados a situação do esporte de alto rendimento.

Justificativa: O indicador do Programa não pôde ser apurado tendo em vista que, seu descritor não é válido para todas as situações, ou seja, o ranqueamento esportivo mundial difere de esporte para esporte, de prova para prova esportiva, de competição esportiva e de tempo dentro do ano. Portanto, não é possível uma taxa única que tenha abrangido toda essas especificidades.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 40% a 80% do previsto.

JUSTIFICATIVA: Considerando que o produto: atletas de alto rendimento podem ser delimitado pelos atletas que fazem parte das seleções nacionais em seus esportes, é possível estimar o alcance da cobertura do Programa. No entanto, é recomendável que haja uma delimitação mais clara sobre o público-alvo do Programa.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Não houve uma sistematização de instrumentos com essa finalidade. Ainda existe uma dificuldade de sintonia entre a estrutura administrativa e o modelo de gestão por programas.

Relatório Anual de Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

OUVIDORIA:

O Programa tem um atendimento via Ouvidoria Geral do Ministério do Esporte e tem o controle sobre as demandas e respostas realizadas por este canal.

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

A SNEAR se reúne com as entidades do Sistema Nacional do Desporto - Comitês e Confederações, para definir as áreas e valores prioritários para investimento.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

O planejamento anual que consiste na execução do Programa é apresentado ao Conselho Nacional de Esporte - CNE, para conhecimento e discussão, além disso, as modalidades não olímpicas e não paraolímpicas da Bolsa Atleta são definidas pelo CNE em resolução.

CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS:

Em 2010, o Programa foi discutido na III Conferência Nacional do Esporte, sendo que seu objetivo está de acordo com as deliberações para o setor.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Esporte e Lazer da Cidade

GERENTE DO PROGRAMA

Rejane Penna Rodrigues

OBJETIVO

Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social

PÚBLICO-ALVO

Famílias com renda de até ½ salário mínimo per capita e sem rendimento

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$1.009.216.841,0	Empenhado Liquidado:	R\$20.315.292,18
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$20.315.292,18
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Concessão de Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer - 8497 (Obra editada/UNIDADE)	1,00	55,00	5.500,00	375.370,00	369.440,15	98,42
Desenvolvimento de Atividades Esportivas Recreativas e de Lazer a Pessoas Adultas e Idosas - Vida Saudável - 2C60 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	97.723,00	21.820,00	22,33	2.630.000,00	576.818,78	21,93
Desenvolvimento do Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e do Lazer - 8284 (Município atendido /UNIDADE)	385,00	1.180,00	306,49	385.000,00	279.244,46	72,53
Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e do Lazer - Rede Cedes - 2426 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	18,00	30,00	166,67	1.112.000,00	567.596,05	51,04
Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - 2667 (-/-)	1.353.392,00	483.161,00	35,70	54.229.000,00	10.765.958,84	19,85

Relatório Anual de Avaliação

Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - 2667 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	1.353.392,00	483.161,00	35,70	54.229.000,00	10.765.958,84	19,85
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	3.581.647,00	2.488.652,59	69,48
Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer - 5450 (-/-)	3.613,00	1.643,00	45,47	926.071.752,00	1.858.125,00	0,20
Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer - 5450 (Espaço implantado/modernizado/UNIDADE)	3.613,00	1.643,00	45,47	926.071.752,00	1.858.125,00	0,20
Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e de Lazer - 2428 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	6,00	8,00	133,33	620.000,00	280.362,40	45,22
Promoção de Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e do Lazer - 8473 (-/-)	0,00	0,00	-	18.853.072,00	2.200.000,00	11,67
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	1.150.000,00	783.999,21	68,17
Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte - Cedime - 2448 (instituição apoiada/UNIDADE)	4,00	4,00	100,00	209.000,00	145.094,70	69,42
Índice médio geral de realização			639,12			42,15

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Concessão de Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer - 8497 (Obra editada/UNIDADE)	-	-	-	89.991,77	0,00	0,00
(RAP 2009) Desenvolvimento de Atividades Esportivas Recreativas e de Lazer a Pessoas Adultas e Idosas - Vida Saudável - 2C60 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	1.248.591,12	907.871,12	0,73
(RAP 2009) Desenvolvimento do Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e do Lazer - 8284 (Município atendido/UNIDADE)	-	-	-	58.008,34	40.294,78	0,69

(RAP 2009) Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e do Lazer - Rede Cedex - 2426 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	-	-	-	731.355,29	687.977,89	0,94
(RAP 2009) Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - 2667 (-/-)	-	-	-	16.370.090,26	13.345.017,78	0,82
(RAP 2009) Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - 2667 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	16.370.090,26	13.345.017,78	0,82
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	9.595,91	6.067,11	0,63
(RAP 2009) Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Recreativo e de Lazer - 5450 (Espaço implantado/modernizado/UNIDADE)	-	-	-	611.675.552,54	63.053.065,65	0,10
(RAP 2009) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	1.280.049,31	1.280.049,31	1,00
(RAP 2009) Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte - Cedime - 2448 (instituição apoiada/UNIDADE)	-	-	-	81.825,00	77.064,92	0,94
Índice médio geral de realização			-			0,67

CONTEXTUALIZAÇÃO

De um lado, a carência de políticas públicas e sociais que atendam as crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, situação que reforça a condição de injustiça e exclusão social na qual estão submetidas significativas parcelas da população brasileira e, de outro, a demanda por políticas de pesquisa e produção do conhecimento no campo do esporte recreativo e do lazer, que embasem a criação e implementação destas políticas, apresentam um quadro desfavorável, em relação ao direito da população brasileira ao acesso a políticas públicas de esporte e lazer de qualidade. A não atenção do Estado Brasileiro à esta condição social tende a aprofundar as disparidades sociais ainda presentes no país em relação aos direitos previstos na constituição brasileira. O Programa aponta caminhos no sentido de garantir o esporte e lazer como direitos sociais, seja no acesso a práticas e vivências esportivas, lúdicas, artísticas e culturais, seja no desenvolvimento de pesquisas na área.

Relatório Anual de Avaliação

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - 2494 - Realização dos Jogos dos Povos indígenas - Realização de evento local com etnia Kayapó, e meta física de 100%.

2 - 2426 - Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e do Lazer Rede CEDES 96,66% - Em 2010 foram desenvolvidas 29 pesquisas na área das Ciências Sociais e Humanas, envolvendo 27 grupos de estudos de políticas públicas de esporte e lazer cadastrados no CNPq, 44 pesquisadores coordenadores, 125 pesquisadores participantes, gerando 90 postos de estágios criados com bolsas para alunos de graduação e pós-graduação, foram publicados 7 livros e distribuídos 9.679 exemplares.

3 - 2428 - Promoção de eventos científicos e tecnológicos voltados ao desenvolvimento de políticas sociais do esporte recreativo e de lazer 100% - Apoio a 09 eventos científicos e tecnológicos da área das políticas sociais, sendo 9 empenhados e 7 pagos.

4 - 2448 - Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte CEDIME - Em 2010, foram apoiadas 04 publicações de revistas científicas.

5 - 2667 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - 1.250.198 beneficiados com recursos empenhados 56,02% devido ao alto contingenciamento dos recursos de emendas parlamentares. Foram capacitados 5.407 agentes sociais e gestores, em 155 cursos de formação. Na mesma ação, foram beneficiados 230.198 jovens do PELC PRONASCI, com atividades de esporte e lazer.

6 - 2C60 - Desenvolvimento de atividades esportivas recreativas e de lazer a pessoas adultas e idosas - Vida Saudável - 88% - Foram beneficiadas 84.399 pessoas idosas e com mais de 45 anos, realizados 19 cursos com capacitação de 130 agentes sociais de esporte e lazer.

7 - 8497 - Concessão de Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer 100% - O Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social teve em 2010 sua Segunda Edição, com 300% a mais de candidatos inscritos em relação à edição anterior. Dos 222 trabalhos inscritos, 50, de todas as regiões do país, foram premiados nas cinco categorias do Prêmio.

8 - 8284 - Desenvolvimento do Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e do Lazer - Por meio dessa ação foram atendidos gestores municipais, e consolidadas redes de formadores, pesquisadores e agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade, através do apoio a eventos e pesquisas, de modo a atuar na qualificação pedagógica e política das políticas públicas de esporte e lazer.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: O recurso nacional destinado a essa Secretaria foi empenhado quase na íntegra, e as principais pendências, tanto de pagamentos como de valores não empenhados, dizem respeito a emendas parlamentares, que tiveram pagamento não liberado. Embora a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer tenha orientado um número muito superior de convênios, a maior parte dos mesmos está inscrita em restos a pagar, o que justifica um valor inferior aos anos anteriores.



Salientamos que os recursos de 2011 serão utilizados para pagamento dos convênios de entidades já selecionadas pelos editais, bem como de indicações por emendas parlamentares, que representam a maior parte das entidades.

No que diz respeito às avaliações de mérito, esta Secretaria procura manter as demandas atualizadas. Em 2010, houve pequeno atraso nas operações em função da mudança do modo de registro das prestações de contas, com a adoção do SICONV.

Quanto ao indicador do programa, entendemos que é inadequado e insuficiente para avaliar as ações diversificadas do mesmo.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Atendimento da Demanda por Esporte Recreativo e de Lazer às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social - percentual	2,00	01/12/2006	4,90	12/2010	10,00	Média

Fonte: Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer

Medidas corretivas necessárias: O índice alcançado não reflete corretamente os resultados do Programa, uma vez que esse indicador contempla apenas duas das doze ações inscritas no Programa. Avaliamos que o indicador atual não dá conta de monitorar o processo e os resultados das ações do Programa. Apesar da escolha do mesmo permitir o uso de informações georreferenciadas, que sinalizam uma possibilidade de observação e mensuração dos resultados, ele não é suficiente para avaliar as ações genéricas e diversificadas realizadas. Por isso, tem se mostrado inadequado para avaliar e orientar as tomadas de decisões a respeito do Programa.

Justificativa: Podemos considerar o resultado de 2010 como positivo, no que diz respeito ao orçamento empenhado, pois, apesar da limitação imposta pelo próprio indicador, ao referir-se a apenas duas ações do Programa, a cobertura é significativa.

Relatório Anual de Avaliação

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 40% a 80% do previsto.

JUSTIFICATIVA: Enquanto principal ajuste estratégico para o Programa, considerando que os escassos recursos para ele disponibilizados não dão conta do atendimento de um percentual significativo do público alvo, há a necessidade de reavaliar o indicador do Programa, de forma a torná-lo mais abrangente, envolvendo e qualificando todas as ações do programa. Outra estratégia é qualificar cada vez mais as demandas para garantir o fortalecimento de redes de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social, formadas por agentes, gestores e usuários do Programa.

Reafirmamos, uma vez mais, a necessidade da revisão do indicador do Programa. Como já identificado em relatórios anteriores, esse indicador não consegue dialogar com toda a diversidade de ações que o programa 1250 - Esporte e Lazer da Cidade.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Falta de estrutura física e recursos humanos para o desenvolvimento de todas as ações que envolvem a execução do programa, e uma estratégia específica para avaliação de satisfação local do público beneficiado.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTES PROGRAMAS? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sim

INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUC Minas

ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS):

O estudo, por meio de pesquisa nacional, objetivou ainda averiguar a percepção dos beneficiados dos dois programas em relação (1) aos conceitos estruturadores; (2) ao funcionamento, gestão e estrutura; e (3) aos resultados esperados pelos Programas investigados.

ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

2010

PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Uma experiência participativa que teve como objetivos elaborar sistema de monitoramento e avaliação para os Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Programa Segundo Tempo (PST), considerando os enfoques: eficiência, eficácia e efetividade ou impacto, além de aplicar e testar o sistema por meio de amostra nacional dos Programas.

O questionário Survey foi aplicado na pesquisa nacional, elaborado com base em dados levantados durante as reuniões regionais do PELC e do PST, realizadas em 2009, a partir da realização de oficinas com gestores dos dois Programas, atuantes em todas as regiões brasileiras. Estas oficinas tiveram como objetivo caracterizar a demanda de forma detalhada com o propósito de descrever os principais componentes avaliativos dos Programas.

Os resultados deste estudo foram publicados em 2010, no livro que se encontra disponível em PDF no site do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br/RedeCEDES/publicações).

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Relatório Anual de Avaliação

OUVIDORIA:

Recebimento e respostas de demandas relativas ao Programa.

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

Foram desenvolvidas diversas reuniões com os mais variados parceiros e representantes das entidades conveniadas com o programa: gestores, representantes do controle social, agentes sociais de execução das ações, formadores, pesquisadores, comunidade.

CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS:

Para a preparação da III Conferência Nacional do Esporte, foram organizadas seis Conferências livres, com ampla participação dos pesquisadores da Rede CEDES e parceiros do PELC.

OUTROS (ESPECIFIQUE):

Chamada pública para desenvolvimento de pesquisas. Foram realizados 4 Encontros Regionais de Formação, reunindo todos os parceiros do Programa, com vistas a discutir seus rumos e objetivos.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Também foram apoiados 8 eventos científicos de abrangência nacional e internacional da área, beneficiando 4.150 participantes e ampliando o intercâmbio entre profissionais, gestores, acadêmicos e pesquisadores nas ciências do esporte e do lazer do Brasil e de outros países.

Inclusão Social pelo Esporte

GERENTE DO PROGRAMA

Waldemar Manoel Silva de Souza

OBJETIVO

Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social

PÚBLICO-ALVO

Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$18.265.265,00	Empenhado Liquidado: R\$6.845.631,06 Pago Estatais: - Total: R\$6.845.631,06
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	300.000,00	294.153,07	98,05
Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania - 2352 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	6.527.732,00	5.416.000,00	82,97	13.465.265,00	6.551.477,99	48,65
Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade - 2362 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	2.250.000,00	0,00	0,00	4.500.000,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			41,48			48,90

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	26.450,36	9.943,65	0,38

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania - 2352 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	2.073.196,02	2.073.196,02	1,00
Índice médio geral de realização			-			0,69

CONTEXTUALIZAÇÃO

Originado a partir da ação Pintando a Liberdade inserida no programa "Reestruturação do Sistema Penitenciário", o programa ora proposto representa a ampliação necessária da idéia original de buscar a inserção social pela produção a baixo custo de material esportivo. A prioridade dada pelo governo à geração de emprego e renda levou este Ministério a identificar a possibilidade de dar a sua parcela de contribuição por meio de um novo projeto denominado inicialmente de "Pintando a Cidadania" e que envolve a montagem de unidades de produção em comunidades de risco social. Assim, este programa compreende 3 linhas de ações distintas, todas elas destinadas à geração de material esportivo: a) Pintando a Liberdade - destinado à reintegração do detento junto à sociedade. b) Pintando a Cidadania - destinado à geração de emprego e renda em comunidades de risco social, preferencialmente na busca do primeiro emprego.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - Ampliação de núcleos/unidades de produção implementadas em 8 unidades de atividades. O Programa finalizou o exercício de 2010 com 108 unidades de produção em funcionamento, sendo 73 da Ação 2362- Pintando a Liberdade e 35 da Ação 2352 3 Pintando a Cidadania. Propiciou a geração de emprego direto para 13.000 internos do sistema penal brasileiro. A ação Pintado a Cidadania absorveu a mão-de-obra de 3.051 pessoas que residem em comunidades reconhecidamente carentes, na produção de materiais esportivos, promovendo a inclusão social desses indivíduos. A produção artigos esportivos, no contexto dessa ação, beneficiou 5,4 milhões de pessoas que representa 83% da meta prevista de 6,5 milhões de pessoas beneficiadas.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: A produção artigos esportivos, no contexto do programa, beneficiou 5,4 milhões de pessoas que representa 83% da meta prevista de 6,5 milhões de pessoas beneficiadas.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa Média de Redução na Reincidência de Presos - %	33,33	01/02/2004			45,00	Muito Baixa

Fonte: MJ - Secretaria Nacional de Justiça - Departamento Penitenciário Nacional

Medidas corretivas necessárias: O Ministério do Esporte trabalha na elaboração de um novo Indicador para o Programa.

Justificativa: O Ministério do Esporte trabalha na elaboração de um novo Indicador para o Programa.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 40% a 80% do previsto.

JUSTIFICATIVA: Em 2010 foram gerados 16.051 empregos diretos, sendo 3.051 no âmbito da Ação Pintando a Cidadania e 13.000 na Ação Pintando a Liberdade. A população carcerária não provisória, nos presídios onde o Programa atuou, foi de aproximadamente 21 mil detentos, que resultou numa cobertura média de 62%. O Ministério não dispõe de levantamentos sobre a população em situação de vulnerabilidade social.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: O mecanismo utilizado para avaliar a satisfação dos beneficiários é o relatório de execução do objeto, obrigatório, entregue pelos convenientes na prestação de contas dos contratos pactuados. Há eventuais outros mecanismos, tais como depoimentos espontâneos dos aludidos, bem como pesquisas de opinião realizadas pela coordenação dos estados parceiros e matérias editadas pela mídia.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: Matérias editadas pela mídia, escrita, falada e televisada.

Relatório Anual de Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

OUVIDORIA:

O trabalho da ouvidoria do Ministério do Esporte tem auxiliado na solução de alguns problemas que, de outra forma, sequer chegariam ao conhecimento da gerência.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

O Programa é discutido no âmbito do Conselho Nacional do Esporte - CNE, que é um órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte, e parte integrante do Sistema Brasileiro de Desporto, tendo por objetivo buscar o desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física para toda a população, bem como a melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional.

CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS:

O Programa foi objeto de debates na III Conferência Nacional do Esporte - CNE, realizada em junho de 2010, conforme pode ser observado nas Resoluções do evento, Linha Estratégica 3 - Esporte, Lazer e Educação: Ampliar os Programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania por parcerias institucionais com entidades governamentais e não governamentais, qualificando a produção dos materiais esportivos.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo

GERENTE DO PROGRAMA

Wadson Nathaniel Ribeiro

OBJETIVO

Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens

PÚBLICO-ALVO

Crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$232.896.397,00	Empenhado Liquidado:	R\$71.774.972,74
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$71.774.972,74
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio a Projetos Esportivos Sociais para a Infância e Adolescência - 208U (Criança e adolescente beneficiado/UNIDADE)	12.430,00	0,00	0,00	3.919.737,00	0,00	0,00
Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais - 8360 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	8.500,00	3.000,00	35,29	1.700.000,00	1.061.974,95	62,47
Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional - 4377 (Criança/adolescente/jovem beneficiado/UNIDADE)	612.672,00	185.700,00	30,31	191.555.000,00	55.517.884,88	28,98
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	3.771.660,00	3.463.997,87	91,84
Implantação de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional - 8767 (Infra-estrutura implantada/modernizada/UNIDADE)	114,00	34,00	29,82	18.590.000,00	700.000,00	3,77

Relatório Anual de Avaliação

Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais - 8238 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	500,00	791,00	158,20	2.200.000,00	1.946.892,00	88,50
Promoção de Eventos de Esporte Educacional - 2626 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	19,00	11,00	57,89	8.160.000,00	6.548.110,42	80,25
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	3.000.000,00	2.536.112,62	84,54
Índice médio geral de realização				51,92	55,04	

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Apoio a Projetos Esportivos Sociais para a Infância e Adolescência - 208U (Criança e adolescente beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	4.442.743,22	4.442.743,22	1,00
(RAP 2009) Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais - 8360 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	2.766.650,00	2.272.114,00	0,82
(RAP 2009) Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional - 4377 (Criança/adolescente/jovem beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	86.620.632,86	70.626.103,84	0,82
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	173.434,94	30.580,55	0,18
(RAP 2009) Implantação de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional - 8767 (Infraestrutura implantada/modernizada/UNIDADE)	-	-	-	59.431.613,00	3.423.956,39	0,06
(RAP 2009) Promoção de Eventos de Esporte Educacional - 2626 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	31.442,18	30.838,28	0,98
(RAP 2009) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	1.002.822,06	1.002.822,06	1,00
Índice médio geral de realização						0,69

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso a atividades esportivas e complementares, no tempo ocioso, desenvolvidas em espaços físicos públicos ou privados, tendo como enfoque principal e abordagem pedagógica o esporte educacional e a inserção de crianças, adolescentes e jovens que se encontram fora do ensino regular.



A prática esportiva, conforme preconiza o Artigo 217 da Constituição Federal, é direito de cada cidadão e constitui dever do Estado garantir à sociedade - independentemente da condição sócio-econômica de seus distintos segmentos - o acesso ao Esporte. Este acesso, por si só, é uma forma de inclusão social. E quando este é efetivado como instrumento de formação integral do indivíduo, terá, ainda, como consequência, o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a melhoria da saúde e qualidade de vida, do bem estar e o aprimoramento da consciência crítica, além de contribuir efetivamente para a ampliação do número de horas dedicadas ao processo educacional e a redução da evasão escolar, da repetência e déficit no processo de aprendizagem. Portanto, a partir das orientações dadas pelo projeto democrático e popular do Governo Federal aos programas sociais esportivos, voltados à inclusão social e para a gestão democrática, o programa, Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo contribui para a reversão do quadro de injustiça, de exclusão e vulnerabilidade social a que é submetida grande parcela de população brasileira (crianças, adolescentes e jovens), atuando sinergicamente com outros programas e ações intersetoriais que visam o atendimento do mesmo público-alvo. As finalidades precípuas são o desenvolvimento de estudos, a melhoria da infra-estrutura esportiva, a democratização do acesso à prática esportiva, a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras, a melhoria da qualidade de vida, a diminuição da exposição aos riscos sociais, o desenvolvimento de valores comunitários e a conscientização para a prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania a crianças, adolescentes e jovens.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS

1 - A qualificação e ampliação do Programa no decorrer dos últimos anos, beneficiando em 2010 aproximadamente 1.500.000 crianças, adolescentes e jovens, em mais de 1.400 municípios, em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, considerando os convênios plurianuais em vigência. Nesse período, estiveram ativas 293 parcerias, sendo 26 com Governos Estaduais, 218 com Prefeituras, 11 com órgãos públicos federais e 38 com entidades privadas, orientados por 27.544 professores e monitores.

Relatório Anual de Avaliação

2 - A parceria ME/MEC tem por objetivo integrar a política esportiva educacional com a política de educação, de forma a incentivar a prática esportiva nas escolas. A integração entre os Programas Segundo Tempo e Mais Educação possui como característica ampliar a possibilidade de acesso dos alunos ao esporte, uma vez que não é necessário que a escola disponha de infraestrutura esportiva adicional, já que o Mais Educação se vale de espaços alternativos ou de parcerias locais para viabilizar o desenvolvimento das atividades. Além disso, não é necessário que o Programa Segundo Tempo ofereça o reforço alimentar, já que os alunos recebem a merenda escolar complementada pelo MEC, para permanecer na escola em tempo integral. O início das atividades por meio da parceria em 2010 beneficiou 329.659 crianças, adolescentes e jovens, em aproximadamente de 1.200 escolas de 87 municípios. Entende-se que em 2010 foi dado um passo importante na aproximação das políticas de esporte e educação que precisa ser fortalecido. A meta para 2011 é ampliar significativamente a oferta do Segundo Tempo nas escolas do Mais Educação, multiplicando o número de beneficiados atendidos. Considerando que o MEC iniciou com 5.000 escolas em 2009, das quais 1148 optaram pela atividade PST em 2010, pretende-se abrir a adesão para 5.000 escolas no ano de 2011, de forma a possibilitar o alcance da meta de atendimento a 2 milhões de beneficiados. Esse movimento vai significar uma redução importante do número de convênios celebrados, visto que a maior parte do orçamento da ação de funcionamento de núcleos do Segundo Tempo, será destinado ao financiamento do Programa nas escolas do Mais Educação.

3 - A realização do Projeto Recreio nas Férias, beneficiando 159.900 crianças, adolescentes e jovens, em aproximadamente 288 municípios de 16 Unidades Federativas, em todas as regiões do país

4 - O fomento à realização de 12 eventos de esporte educacional, com a participação de mais de 9.827 beneficiados, por meio da celebração de convênios com entidades esportivas estudantis como CBDE, CBDU, Centro de Estudos e Memória da Juventude e demais.

5 - A capacitação e a qualificação de 2.004 recursos humanos (gestores, professores e monitores), por meio de capacitação e encontros presenciais, de forma descentralizada e permanente, potencializando a abrangência do Programa em todas as suas vertentes.

6 - O acompanhamento pedagógico e administrativo das parcerias, oferecendo suporte imprescindível aos avanços do Programa, com contatos virtuais e visitas presenciais em 100% dos parceiros e, no mínimo, 20% dos Núcleos de Esporte Educacional, totalizando 70 convênios e 1.239 núcleos visitados.

7 - A continuidade da parceria com o Ministério da Defesa, no projeto Forças no Esporte, visando à utilização de instalações esportivas militares para a prática de esportes por comunidades carentes, atendendo a 10.000 beneficiados em 2010.

8 - O estímulo à produção do conhecimento no âmbito do Esporte Educacional, de forma a difundir o conhecimento produzido e promover uma reflexão nacional sobre o Esporte Educacional, totalizando cinco publicações.

9 - A parceria entre o Ministério do Esporte e o British Council, visando troca de experiências e o desenvolvimento de materiais pedagógicos de apoio a professores e monitores do Segundo Tempo. Foi apresentando como resultado final conjunto de cartões de recursos pedagógicos (CRPs), os quais foram introduzidos no Programa Mais Educação/Segundo Tempo e poderão ser utilizados nos núcleos do Segundo Tempo, com vistas a fortalecer a proposta pedagógica.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 40% a 80% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Observa-se que, apesar do crescimento do Programa, o atendimento realizado está distante da universalização do acesso ao esporte, seja pelo orçamento que não alcança a magnitude da demanda, seja pelo modelo de execução pautado na descentralização de recursos federais que, entre outras questões, impacta na descontinuidade do atendimento aos beneficiados.



Como estratégia para alcance do objetivo do Programa, a democratização do acesso ao esporte passa necessariamente pela articulação entre o sistema educacional e o sistema esportivo, essencial para assegurar a ampliação da participação de escolares, de todos os níveis de ensino, em atividades e eventos esportivos. Esta articulação diminui o custo per capita beneficiado/ano, possibilitando ampliação de atendimento mesmo com as limitações orçamentárias e pelo repasse direto à escola, diminuindo as dificuldades advindas da transferência de recursos por meio de convênios e/ou instrumentos similares.

Diante deste cenário, o Ministério do Esporte e o da Educação estão integrando suas políticas de modo a estabelecer as condições mínimas necessárias para viabilizar a oferta do esporte na escola, integrada ao seu projeto pedagógico, na perspectiva da educação em tempo integral.

Com isso é possível potencializar o número de beneficiados e garantir o acesso ao esporte de forma qualificada, desenvolvendo a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo, articulada com o projeto pedagógico da escola.

Assim, em que pese os aspectos quantitativos distante da universalização do acesso ao esporte, o atingimento do objetivo do programa passa necessariamente pela qualificação de suas ações, evidenciado pela concretização da parceria com o MEC; pela capacitação e qualificação de recursos humanos (gestores, professores e monitores); pelo acompanhamento pedagógico e administrativo das parcerias, que permitirá dar escala à política esportiva integrando-a de forma estruturante com a política educacional.

Além disso, acredita-se que a Secretaria conseguiu avançar em seus objetivos estratégicos:

- * Qualificou e ampliou a abrangência do PST, priorizando parcerias públicas, e pelo início efetivo das atividades do Segundo Tempo junto ao Mais Educação;

- * Qualificou e aprimorou a gestão da SNEED, por meio da evolução do monitoramento, acompanhamento e do entendimento e aplicação do projeto pedagógico pelos parceiros, além de ampliar as ações relacionadas à capacitação interna e externa;

- * Consolidou a avaliação e o controle social do Programa, por meio da finalização e publicação da avaliação de impacto realizada em 2010, pelo estabelecimento e pleno funcionamento de assessoria especializada para averiguação de questões encaminhadas pelo controle social e pela grande ampliação na produção do conhecimento por parte da Academia;

- * Fortaleceu o Esporte Educacional Brasileiro, com a articulação com gestores estaduais e municipais, pela inclusão da temática de maneira transversal em outras políticas públicas, com a contribuição na III Conferência Nacional de Esporte e com o fortalecimento das ações articuladas para implementar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer e atores institucionais.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

Relatório Anual de Avaliação

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescentes e Jovens - percentual	0,01	31/12/2005	0,53	12/2010	1,60	Média

Fonte: SNEED/ME - IBGE/PNAD

Medidas corretivas necessárias: Além dos aspectos metodológicos, vale destacar os inúmeros esforços empreendidos pela gestão. No entanto, ainda resta muito a ser feito para ser universalizado o esporte no Brasil. Atende-se atualmente em média apenas 4% das crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica considerando-se os convênios plurianuais em vigência (0,53% se considerado apenas o quantitativo de beneficiados informado no SIGPlan, ou seja, convênios pagos no ano). O orçamento não foi ampliado e o formato de execução tampouco possibilita a ampliação em escala suficiente para a universalização, tornando as estratégias da articulação institucional, em especial, com o MEC, de suma importância para garantia deste direito constitucional. Assim, considerando a estratégia em andamento, reavaliou-se de baixa para média a possibilidade de atingir o índice/meta previsto, devido ao curto espaço de tempo entre a efetivação da parceria e o final do atual PPA, para a obtenção dos resultados da parceria.

Justificativa: Foram identificados duas questões metodológicas: Primeiro, a fórmula de cálculo do indicador sofreu alterações no seu denominador ao longo da apresentação do PPA, passando de: crianças e adolescentes de 07 a 17 anos de idade, no ensino fundamental e médio das escolas públicas do Brasil (INEP) para n° de crianças, adolescentes e jovens (IBGE) e, finalmente, n° matrículas no ensino fundamental e médio das escolas públicas do país (INEP). Desta forma, para permitir a comparação dos índices apresentados, faz-se necessário uniformizar a base de cálculo. Outro aspecto importante é o fato das parcerias celebradas no Segundo Tempo serem plurianuais, e os pagamentos às entidades parceiras realizados, em geral, em duas parcelas, as quais possibilitam o atendimento de acordo com a vigência. A evolução dos indicadores encontram-se na Questão 3 da presente avaliação.

Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios Brasileiros - percentual	0,11	31/12/2006	5,90	12/2010	8,50	Alta
--	------	------------	------	---------	------	------

Fonte: SNEED/ME- IBGE

Medidas corretivas necessárias: Avalia-se como alta a possibilidade de alcance do índice/meta prevista para esse indicador, uma vez que o Segundo Tempo ao longo do próximo ano estará presente em diversas escolas públicas que integram o Programa Mais Educação, cuja execução se dará de forma mais descentralizada das regiões metropolitanas.

Justificativa:

Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes e regiões Metropolitanas - percentual	0,29	31/12/2007	15,42	12/2010	10,00	Alta
---	------	------------	-------	---------	-------	------

Fonte: SNEED/ME- IBGE

Medidas corretivas necessárias: O índice previsto para 2011 já foi alcançado. No entanto, permanece o desafio de alcançar todos os municípios com mais de 50 mil habitantes em regiões metropolitanas.

Justificativa: Cumpre destacar que ao longo de sua apresentação no SIGPlan, a fórmula de cálculo deste indicador também sofreu alterações, passando de nº de municípios beneficiados pelo Programa com mais de 50 mil habitantes / nº de municípios com mais de 50 mil habitantes (IBGE/PNAD) para nº de municípios beneficiados pelo Programa com mais de 50 mil habitantes em regiões Metropolitanas / Nº de municípios com mais de 50 mil habitantes em regiões Metropolitanas (IBGE). Desta forma, para permitir a comparação dos índices apresentados, faz-se necessário uniformizar a base de cálculo. Ao mesmo tempo, destaca-se o apontamento sobre o fato das parcerias do PST serem plurianuais, já acima explicitado.

Nível de Atendimento de participantes do sexo Feminino - percentual	37,00	29/04/2009	39,54	12/2010	39,00	Alta
--	-------	------------	-------	---------	-------	------

Fonte: Banco de dados do Sistema do Programa Segundo Tempo - Convênios do Portal do Ministério do Esporte

Medidas corretivas necessárias: O índice previsto para 2011 já foi alcançado. No entanto, permanece o desafio de ampliar o atendimento aos participantes do sexo feminino junto ao público-alvo do Programa, que tem sido executado por um conjunto de ações, como a inclusão do tema gênero na capacitação, na realização de estudos e pesquisas e do piloto Aeróbica.

Justificativa:

Taxa de beneficiados atendidos por coordenadores de núcleos capacitados - percentual	80,00	02/01/2009	96,88	12/2010	87,00	Alta
---	-------	------------	-------	---------	-------	------

Fonte: SNEED

Medidas corretivas necessárias: O índice previsto para 2011 já foi alcançado. No entanto, permanece o desafio de atingir 100% de beneficiados atendidos por coordenadores de núcleo e monitores capacitados.

Justificativa:

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance abaixo de 40% do previsto.

JUSTIFICATIVA: O Programa Segundo Tempo objetiva democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, encontrando limitações para cobertura em função do orçamento e do modelo de conveniamento. Neste sentido, apesar de todos os esforços, ainda resta muito a ser feito para ser universalizado o esporte no Brasil. Atende-se atualmente em média apenas 4% das crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica. Procura-se, portanto, priorizar crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, através, entre outros, de critérios de participação que contemplem seu atendimento, a exemplo de municípios com baixo IDH-M, ou de critérios de adesão ao Segundo Tempo no Mais Educação, inicialmente, contemplando escolas de baixo IDEB. No que se refere à meta do PPA, os impactos orçamentários e o formato de descentralização de recursos dificultaram o alcance total das metas estabelecidas. No entanto, considerando as novas estratégias de gestão e articulação, espera-se uma real ampliação já em 2011.

Vale destacar que a gestão espera atender inclusive aqueles que não estão matriculados ou frequentando a escola formal, por considerá-los vulneráveis.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Muito Satisfeito

JUSTIFICATIVA: Através da Pesquisa de Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo, os beneficiados foram questionados sobre qual nota dariam ao Programa Segundo Tempo, entre 0 e 10. Apenas 3,1% atribuíram notas entre 0 e 4 (ruim ou muito ruim), 0,8% avaliaram o programa com notas 5 ou 6 (regular), enquanto 95,5% atribuíram notas entre 7 e 10 (muito bom ou bom). Em confirmação a essa boa avaliação geral, 86% dos participantes afirmaram que já tinham indicado ou que poderiam indicar o Programa Segundo Tempo a outra pessoa.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: Desenvolvimento de componentes avaliativos/indicadores, incluindo pesquisa de satisfação, com a aplicação de surveys e grupos focais, utilizando uma amostra estratificada aleatória de 1961 beneficiados. A parceria foi realizada com a PUC/MG.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO (ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sim

INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

Sociedade Mineira de Cultura, PUC/MG

ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS:

Pesquisa de Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo: Elaboração de Método Avaliativo, abrangendo o desenvolvimento de Sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A). Dentre os aspectos avaliados do Programa, destacam-se indicadores de eficiência, eficácia (quantitativa e qualitativa) e efetividade/impacto, como exemplo, a satisfação do beneficiário (direto e indireto), a percepção do direito ao lazer e ao esporte, o alcance do propósito e os principais benefícios do Programa.

ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

2010

PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

À pergunta sobre o principal benefício percebido que pode ser atribuído aos resultados do Programa, 86,9% identificaram algum benefício e apenas 13,1% não o identificaram.

Dos benefícios identificados, 29,4% são relativos ao desenvolvimento pessoal, tais como: formação de valores, comportamento socialmente aceito, civilidade, reflexões sobre os projetos de vida e outros elementos que descrevem aspectos objetivos e subjetivos do sujeito em relação a si mesmo e na relação com os outros.

22,6% identificaram benefícios relativos ao desenvolvimento da comunidade, principalmente, diminuição à exposição ao risco e bom convívio social e familiar.

A melhoria na saúde e na qualidade vida é percebida por 16%; já a melhoria na prática de esportes, por apenas 10,4% dos beneficiados.

A lista de todos os aspectos da avaliação, componentes avaliativos e resultados da pesquisa encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/sistemaMonitoramentoAvaliacaoProgramasEsporte.pdf>

Cumprir destacar ainda que no ano de 2010 foi desenvolvido o Manual Operacional de Extração (Construção) de Indicadores do Programa em parceria com a PUC Minas e base para o desenvolvimento do Sistema de Indicadores do Programa Segundo Tempo (SISind). O SISind será uma ferramenta de fundamental importância para o Controle e Monitoramento do funcionamento dos núcleos de esporte educacional e para atestar a eficiência, eficácia e efetividade do Programa.

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO RELATÓRIO).

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

OUVIDORIA:

O Ministério do Esporte continua contando em sua estrutura organizacional com a Ouvidoria. Entende-se que o canal aberto via a Ouvidoria do ME é de suma relevância e de fato proporciona o fortalecimento do exercício da cidadania, além de auxiliar na resolução de problemas pontuais enfrentados pelas entidades parceiras, responsáveis pela execução do Programa Segundo Tempo, contribuindo na identificação de fragilidades e no aprimoramento da gestão.

O canal aberto pela Ouvidoria torna mais transparente as ações deste Ministério, tendo sido efetivado em 2010, considerando a redução no número de processos de denúncias e elevação do número de mensagens solucionadas. Ao apurar as denúncias, a unidade gestora tem oportunidade de intervir na execução de projetos, no sentido da resolução de problemas pontuais enfrentados ou da implementação de ações corretivas face o previsto nos instrumentos firmados e na legislação vigente, contribuindo para a identificação de fragilidades, o aprimoramento da gestão e a correta aplicação dos recursos públicos.

CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS:

Foi realizada, em 2010, a III Conferência Nacional de Esporte, a qual possibilitou o debate sobre os rumos da política pública de esporte educacional sob nova perspectiva. O chamamento da terceira edição foi pelo slogan Por um time chamado Brasil. O tema foi estabelecido pelo Plano Decenal de Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais. Vale destacar que o esporte educacional estava contemplado, em especial, no debate apresentado na Linha 3 Esporte, Lazer e Educação. O Programa Segundo Tempo, ao final das discussões e contribuições em todas as etapas da Conferência (Anexo 62), estava validado de forma destacada em duas ações e respectivas metas:

Ação 1: Ampliação e qualificação do atendimento, monitoramento, manutenção e avaliação de resultados dos programas sociais do Ministério do Esporte.

Meta 1: Ampliar, manter, garantir e avaliar os programas sociais de esporte, lazer e paradesporto do Ministério do Esporte, dentre eles o Programa Segundo Tempo, em 100% das escolas da rede pública da educação básica, profissionalizante e universitária, sendo no mínimo 10% ao ano, priorizando os municípios com menos IDH, respeitando o projeto político pedagógico das instituições de ensino e garantindo que sejam coordenados e ministrados por professores de Educação Física, com infraestrutura, material didático e esportivo de qualidade.

Ação 2: Ampliação e qualificação das ações intersetoriais dos Programas do Governo Federal.

Meta 2: Instituir o Programa Segundo Tempo em 100% das escolas do Programa Mais Educação MEC, não sendo substitutivo da educação física enquanto componente curricular, conforme LDB 9394/96, garantindo o espaço físico para este.

Estas assertivas, incluídas pelos delegados da Conferência como ações e metas para o desenvolvimento do esporte nos próximos 10 anos, permitem identificar a preocupação e o compromisso da sociedade brasileira com a referida temática.

OUTROS (ESPECIFIQUE):

Além da Ouvidoria, no Programa Segundo Tempo a participação e o controle social se viabilizam por meio da avaliação da execução do Programa por entidades da sociedade civil - as Entidades Fiscalizadoras, pelo Sistema de Controle, Monitoramento e Avaliação e diretamente pelos beneficiados e suas famílias.

As Entidades Fiscalizadoras são indicadas pelas Entidades Convenientes, questão que permanece sendo exigida em 2010, como representantes da sociedade civil, responsabilizando-se por exercer o Controle Social dos respectivos projetos, possuindo um papel importante no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, bem como na avaliação dos serviços prestados à sociedade, com vistas à boa e regular aplicação dos recursos públicos. As Diretrizes do Programa de 2010 estabelecem requisitos para a seleção e indicação da Entidade de Controle Social, devendo ser uma entidade preferencialmente pública, com abrangência compatível com amplitude do convênio/área de funcionamento dos núcleos, priorizando Conselhos Estaduais e Municipais. Foram mantidos os procedimentos estabelecidos nos anos de 2008 e 2009, no sentido de orientar as entidades responsáveis pelo Controle Social dos convênios celebrados no âmbito do Segundo Tempo a exercerem efetivamente a obrigação assumida no acompanhamento da execução, com a isenção necessária, e encaminhamento de Formulário específico, com dados para subsidiar a análise do cumprimento do objeto. As entidades indicadas são oficiadas para envio do Formulário de Verificação dos Aspectos Operacionais, o qual faz parte do monitoramento e é um documento que fundamenta a análise de cumprimento do objeto pelo Ministério do Esporte.

Como forma de participação e controle social, também destaca-se o modelo de Controle, Monitoramento e Avaliação do Programa Segundo Tempo, estruturado a partir de Equipes Colaboradoras formadas por profissionais da área de Educação Física vinculados a Instituições de Ensino Superior de todas as regiões do país, descentralizando, qualificando e reduzindo os custos do acompanhamento, tendo sido reconhecido pelos órgãos de controle, assim como pela comunidade da área que hoje o referenciam em eventos técnico-científicos da área, e servindo de exemplo para outros programas de governo.

Destaca-se também a avaliação pelos beneficiados e suas famílias viabilizada pela Pesquisa Nacional de Avaliação dos Resultados e Impacto do Programa Segundo Tempo, desenvolvida em parceria com a PUC/MG Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo: Elaboração de Método Avaliativo, já explicitada acima.

É mister salientar que esta unidade também recebe denúncias, reclamações, sugestões, elogios e solicitações de informações pelo endereço institucional denuncia.pst@esporte.gov.br, exclusivo para o direcionamento pelas áreas de qualquer mensagem recebida dessa natureza e o trato das questões abordadas. O referido endereço eletrônico institucional amplia o canal de comunicação desta unidade gestora com os interessados pelo Programa, de forma a complementar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Ouvidoria, fortalecendo o controle social sobre as ações deste Ministério e das entidades Convenientes.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

